

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ PAULISTA-SP*

Bruna Carolina FIDELIS¹
Henry Marcelo Martins da SILVA²

RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir a atuação do Serviço Social e a questão ambiental contemporânea das áreas rurais do interior paulista, especificamente no município de Nova Canaã Paulista-SP. A partir do trabalho com referenciais teóricos inerentes às temáticas Serviço Social e Meio Ambiente, e de mapeamento de dados referentes ao universo rural deste município, pretende-se contribuir tanto para a compreensão dos locais de maior índice de degradação ambiental quanto para um diagnóstico das populações de maior vulnerabilidade residentes em tais áreas, percurso que abre espaço para a reflexão sobre a atuação do assistente social junto às demandas do meio rural na região.

Palavras-chave: Serviço Social. Meio Ambiente. Degradação Ambiental.

ABSTRACT

This text has for objective to argue the performance of the Social Service and the environmental contemporary issue of the agricultural areas of the São Paulo inland, specifically in the city of Nova Canaã Paulista of São Paulo State. From the work with inherent theoretical reference to the Social Service and Environment thematic, and mapping of referring data to the agricultural universe of this city, it is intended to contribute in such a way for the understanding of the places of bigger index of ambient degradation as much as for a diagnosis of the resident populations of bigger vulnerability in such areas, passage that opens space for the reflection on the performance of the social assistant

* Este artigo foi elaborado como parte do projeto “Serviço Social e meio Ambiente: Um estudo do Município de Nova Canaã Paulista – SP”, financiada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC).

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul-SP (FUNEC).

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista e Professor Titular das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC).

next to the demands of the agricultural way in the region.

Keywords: Social Service. Environment. Ambient degradation.

INTRODUÇÃO

A preocupação mundial quanto à preservação dos recursos naturais e ambientais atualmente faz com que venham sendo desenvolvidas pesquisas voltadas à identificação das principais causas, dos causadores e das principais consequências da degradação do meio ambiente, assim como pesquisas voltadas à busca de alternativas para a resolução dos problemas trazidos pela degradação. Conforme Waquil *et al.* (2004, p. 318), essa degradação ocorre tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, tanto no meio urbano como no rural, através, sobretudo, da pressão que a produção e a população exercem sobre os bens e serviços gerados pelo uso dos recursos naturais.

Mendes (2007) afirma que a questão ambiental no mundo contemporâneo se revela a partir das transformações no mundo do trabalho; ante a “nova” face do capitalismo vale destacar que nunca se trabalhou tanto como atualmente, entretanto o valor deste trabalho tem-se diminuído consideravelmente. Assim, o ponto de partida para descobrir os problemas atuais não está na centralidade do trabalho, mas sim nas transformações ocorridas no interior desse mesmo trabalho.

Nestas transformações as questões sociais impostas pelo capitalismo, como a precarização dos direitos do trabalho, a terceirização, o desemprego e tantas outras injustiças sociais também se transformam em questões ambientais, afinal com o aumento da população nos grandes centros urbanos, o ser humano cada vez mais se vê obrigado a criar novas tecnologias para satisfazer suas necessidades, deixando de se preocupar com os recursos naturais disponíveis, e ainda pode-se afirmar que os principais problemas ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea são respostas aos padrões de produção e consumo, obviamente predominantes nas áreas urbanas; assim provocando o declínio e agressão rapidamente da qualidade do ar, da água, do solo e, conseqüentemente, de todos os seres vivos.

AGRICULTURA CAPITALISTA E MEIO AMBIENTE

A arte do cultivo da terra, a agricultura, surgiu há mais de nove mil anos, e, desde que vem sendo praticada, grande parte das florestas foram derrubadas para dar lugar às plantações e criação de animais, alterando assim o ambiente ao seu redor. Desde então, a agricultura vem sendo um dos fatores principais a contribuir para a degradação ambiental.

O surgimento da agricultura possibilitou a organização da vida comunitária, onde as pessoas se agrupavam e cultivam um espaço de terra por cerca de 10 anos; com o tempo aquela terra se esgotaria, dessa forma esse grupo deveria se deslocar para outro local, permitindo que a terra esgotada se regenerasse com o tempo. Desse modo as atividades agrícolas influenciaram muito na formação social destes indivíduos, uma vez que estas atividades deram origens à divisão de tarefas, criação de regras, como por exemplo, uso dos recursos naturais (água, solo, florestas, outros).

A evolução da agricultura se intensifica quando o homem passa a criar seus próprios instrumentos de trabalho, como o arado e a roda e também técnicas que se utilizem do vento, da água, como as irrigações. A agricultura camponesa, nos séculos X e XII, denominada sociedade feudal era composta por servos (camponeses), o clero e os senhores feudais (nobreza). Na sociedade feudal, as terras eram cultivadas pelos servos que revertiam todo o lucro à nobreza.

Todavia, com o avanço e o crescimento do comércio nas cidades, se enfraquece a relação econômica do servo para com os senhores feudais; essa relação contraditória entre os camponeses X senhores feudais coloca fim a este sistema feudal, impondo assim uma nova estrutura de divisão do trabalho. Mas foi a partir da Primeira Revolução Industrial que o homem realmente começou a modificar a face do planeta, com a substituição do trabalho manufaturado pela confecção de bens em grande escala, fazendo com que o homem abandonasse suas propriedades rurais e fosse para as cidades (DE DECCA, 1987, p.20).

A partir disso, modifica-se o modo de vida e o estilo de consumo, fazendo com que se perdesse a idéia de “coletividade”, estando-se pelo “individualismo”, que não passa de uma expressão ideológica imposta pelo capitalismo, como explica Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes:

Na lógica capitalista, não há crescimento sem a exploração da natureza, não há produção sem a exploração do trabalhador, não há

aumento do capital sem o aumento da pobreza e da vulnerabilidade social, não há mercadoria que não expresse as condições e características de sua produção (MENDES, 2009, p.26).

Após a Segunda Guerra Mundial, configura-se um novo cenário. Os Estados Unidos tornam-se uma grande potência mundial capitalista e a União Soviética como potência socialista e estas disputas deram início à Guerra Fria que repercutiu na agricultura. Todavia, com o aumento do problema da fome, surgiu um conjunto de propostas a fim de minimizá-los; denominada Revolução Verde, esta vinha com promessas de solução do problema mundial da fome, pois aumentaria a produção de alimentos, partindo do uso intensivo de insumos químicos, sementes geneticamente melhoradas e mecanização das lavouras.

Já no Brasil, o sistema de plantação ainda se assemelhava às primeiras *plantations* do período colonial (café, cana-de-açúcar), assim essas culturas provocaram graves impactos ambientais e também sociais; afinal muitas famílias tiveram que deixar suas casa nas zonas rurais e partirem para cidade em busca de trabalho, conseqüentemente, houve o aumento do desemprego e também da fome.

A proposta da Revolução Verde era que se adotasse o mesmo padrão de agricultura em todas as áreas do planeta, o que desconsiderava as significativas variações locais e regionais a que a atividade agrícola está sujeita. Realizadas a partir de decisões centralizadas de tecnocratas desconhecedores dos problemas do agricultor e distantes do cotidiano rural, muitas vezes as pesquisas propostas pela Revolução Verde procuraram identificar espécies e variedades “milagrosas”, capazes de se adaptar às mais diferentes regiões. Em geral, essas plantas só conseguiram prosperar à custa da aplicação de muitos insumos, que na maioria das vezes causaram a degradação ambiental em longo prazo (ROSA, 1998, p. 20-21).

Com o passar do tempo os próprios agricultores passaram a perceber que as promessas

feitas pelos técnicos agrícolas e/ou vendedores de insumos não realizava as “grandes colheitas milagrosas”, e que isto resultava somente em drásticas consequências sociais e ambientais. De início, não se pode ocultar que tal revolução trouxera sim algum benefício, mas somente para aqueles que possuíam grandes terras adequadas para o cultivo, planas e com solo em circunstâncias boas ou de fácil correção, vale destacar o poder aquisitivo do agricultor, uma vez que tal investimento tem um custo muito elevado; e isto acontece até os dias de hoje.

Dentre os impactos ambientais podem-se destacar a intensificação das pragas existentes; o desenvolvimento de novas pragas; eliminação de insetos benéficos; redução das populações de aves e de outros animais; degradação dos solos e das águas e desmatamentos indiscriminados; outros problemas ambientais são através de contaminações atmosféricas, por fertilizantes, criações de gado bovino e ainda poluição por máquinas e equipamentos agrícolas ou até mesmo os caminhões que transportam os insumos.

Já entre os impactos sociais, podem-se destacar a inacessibilidade aos recursos e investimentos financeiros para a adoção da agricultura moderna; a introdução de técnicas agrícolas modernas fez com que os agricultores perdessem suas “origens”, seus conhecimentos resultantes de muitas gerações, obrigando-os ao cultivo de extensas monoculturas; efeitos nocivos à saúde humana (envenenamentos com agrotóxicos ou a longo prazo, como problemas respiratórios, câncer, outros; e ainda a contaminação dos alimentos ou perda de nutrientes destes) a substituição da mão-de-obra humana pela mão-de-obra mecanizada, isto é, uma máquina colheitadeira de cana-de-açúcar pode substituir o equivalente a 200 trabalhadores ou mais.

A introdução das técnicas agrícolas modernas resultou na perda dos conhecimentos teóricos e práticos acumulados pelos agricultores tradicionais ao longo de inúmeras gerações [...] As máquinas agrícolas, por sua vez, são dispositivos que “economizam” mão-de-obra, em geral executando os serviços de várias pessoas (ROSA, 1998, p. 27).

Assim, em países como o Brasil, onde se encontra a precariedade do trabalho e conseqüentemente o desemprego tanto na área

urbana como na área rural, medidas como essas podem trazer muitos prejuízos sociais e ambientais (ROSA, 1998).

Muitos agricultores vêem os agrotóxicos como algo absolutamente essencial. Infelizmente, o uso destas substâncias possui um efeito considerável para o ambiente. Os agrotóxicos são geralmente espalhados sobre a lavoura, mas esse método quase que invariavelmente significa que um pouco de substância, lançada nas plantações, será levada da área a qual originalmente se destinava. Um grande número de plantas silvestres que vivem nos campos e cercas-vivas se tornaram raras, pois muitas são mortas pelos herbicidas. Alguns herbicidas também são nocivos ao homem e aos animais (LAMBERT, 1997, p. 15).

A agricultura não pode ser considerada homogênea, do ponto de vista socioeconômico ela pode ser classificada por diversos fatores: tamanho do estabelecimento, tipo de mão de obra predominante, relação com os recursos naturais, produtividade do estabelecimento por área, grau de aplicação de insumos e inovações tecnológicas, acesso aos benefícios governamentais, como crédito, subsídio e assistência técnica, lucratividade e capacidade de investimentos, finalidade da produção (consumo próprio ou comercialização) e direcionamento do mercado (local, regional ou internacional) (ROSA, 1998)

Nesta perspectiva, sabe-se que os principais impactos ambientais existentes são resposta ao mau uso das lavouras e das terras usadas para pastagem, pois a presença maciça de tecnologia agrícola contribuiu para o aumento da degradação ambiental.

POBREZA E QUESTÃO AMBIENTAL EM NOVA CANAÃ PAULISTA-SP

A ocupação do Noroeste Paulista foi marcada por um processo peculiar de inserção populacional, resultado de uma atração promovida pela venda de pequenas propriedades a agricultores por grandes empreendimentos imobiliários.

Tal processo teve como resultado uma rápida concentração populacional, além da utilização intensa do solo e recursos naturais locais. No entanto, especialmente pelo crescimento da

cultura da cana-de-açúcar, os tempos atuais são os mais preocupantes, no tocante aos impactos da presença humana no meio ambiente.

A vila de Nova Canaã foi fundada em 29 de junho de 1954 por Inork Conceição, as terras foram adquiridas por CAIC (Companhia de Agricultura Imigração e Colonização). Inicialmente o perímetro urbano foi de seis mil alqueires provenientes das terras da antiga Fazenda Ponte Pensa, coube a José Francisco da Silva, conhecido como Zé Chico, morador na época, a comercialização dos seus lotes, dando a primeira aparência urbana às terras pertencentes ao município de Santa Fé do Sul.

Nova Canaã foi elevada à categoria de Distrito no dia 28 de fevereiro de 1964, por força da Lei Estadual nº 8.092 e nesta ocasião delimitou-se a área distrital dentro do município de Três Fronteiras. Em 1991, emancipou-se por força da Lei Estadual nº 7.664, de 30 de dezembro, e a instalação do Município efetivou-se em 1º de janeiro de 1993. Com a emancipação política ocorreu a alteração do nome da cidade de Nova Canaã para Nova Canaã Paulista. Localizada ao extremo do noroeste paulista, pertence a 8ª Região Administrativa de São José do Rio Preto, na Bacia Hidrográfica São José dos Dourados.

A economia do município gira em torno da agricultura e pecuária, sendo as principais culturas exploradas: a citricultura (laranja, ocupando 142 UPAs³ (Unidades de Produção Agrícolas), estendidas em 1.124,5 hectares) a bovinocultura de corte, de leite e também mista (com cerca de 12.800 cabeças), seguidos da cana-de-açúcar, milho, café e outros. Embora o município de Nova Canaã Paulista seja considerado de pequeno porte devido a sua extensão e ao número de sua população, este apresenta problemas ambientais que devem ser considerados.

TABELA 1
População do Município

Urbana	Rural	Total
880	1.234	2.114

Fonte: IBGE- Censo 2010

TABELA 2
Uso Atual das Terras

Exploração Agropecuária	Nº. de UPAS	Área (ha)/ Rebanho
Bovinocultura de corte	27	3.346
Bovinocultura de leite	13	536
Bovinocultura mista	373	8.977
Laranja	142	1.124
Cana de Açúcar (Forragem e Indústria)	148	621,9
Milho (grão e silagem)	78	850
Seringueira	15	118,0
Banana	23	102,7

Fonte: LUPA, 2007/2008.

A pecuária tem baixa produtividade devido ao padrão zootécnico dos animais e principalmente das pastagens por estarem com alto nível de degradação e os produtores não se preocuparem com a adoção de novas tecnologias para diminuir este problema.

As tecnologias empregadas nas culturas anuais com o milho e o algodão continuam sendo as mesmas do passado, ou seja, o sistema de cultivo é o convencional onde se empregam em quase 100% das propriedades o uso do arado e da grade e poucas áreas com terraceamento. Isto aliado à falta de calagem e à falta de adubação faz com que a produtividade das culturas continue a cair. E também devemos lembrar que a falta de capital faz com que o produtor fique sem incentivo para a adoção de tecnologias mais avançadas, como por exemplo o plantio direto.

O uso de agrotóxicos é demasiado em todas as propriedades do município, visto que os produtores não preocupam em utilizar o manejo integrado de pragas, não dão importância à toxicidade dos defensivos a ser utilizados, poucos observam o período de carência. E quanto ao descarte de embalagens vazias, os produtores continuam sem saber o destino correto das embalagens vazias e muitas das vezes enterram, queimam ou devolvem as embalagens sem realizar corretamente a tríplex lavagem (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1996).

Na fruticultura o sistema de produção um está mais adiantado, mas existem áreas principalmente com laranja e limão sem práticas conservacionistas, uso excessivo de grades nas

³ Segundo o Projeto Lupa 2007/2008 a Unidade de Produção Agrícola (UPA), em princípio significa exatamente o mesmo que um imóvel rural. Para mais detalhes <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/sobreolupa.php>.

entrelinhas, ausência de análise de solo para calagem e adubação, falta do manejo integrado de pragas e como consequência apresentam baixa produtividade e lucratividade.

TABELA 3
Classificação das propriedades rurais

Pequena (Até 50 hectares)	Média (De 50 a 100 hectares)	Grande (acima de 100 hectares)
421	25	14

Fonte: LUPA, 2007/2008

A quase totalidade dos produtores rurais é classificada como de pequeno porte, inexistindo formas de trabalho como arrendamento e parceria; situação que coloca a questão ambiental e a preservação destas áreas como prioritária para a melhoria e preservação da vida dos habitantes dependentes do meio rural local.

Durante os anos de 2008, 2009 e 2010 o município conquistou o certificado de Município Verde Azul⁴ junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), este resultado indica que o município obteve as notas 82,84, 86,67 e 80,71 respectivamente. Para a obtenção destas notas é necessário o cumprimento das 10 diretrizes estabelecidas pela SMA. As 10 Diretrizes são: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente.

Ainda assim, algumas dificuldades foram encontradas para execução do projeto ambiental; de acordo com a Casa da Agricultura local, órgão executor, existe entraves como a construção da lagoa de tratamento de esgoto no distrito de Socimbra⁵, diversificação e aumento da

arborização urbana⁶ e ainda a dificuldade em recuperar áreas ciliares degradadas no município⁷.

Dentre as áreas de maior índice de degradação, destacam-se as localizadas nas micro-bacias do *Córrego do Cervo* e do *Córrego do Engano – Baixada do Juca*; tais áreas foram contempladas com Projetos de Micro-bacias, que detectaram seus principais problemas ambientais.

A *Microbacia do Córrego do Cervo*, apresenta problemas de erosão nas propriedades e nas estradas. O *Córrego do Cervo* e seus afluentes em quase toda sua extensão não apresentam mata ciliar.

Os produtores estão desmotivados com a atividade agropecuária, devido à baixa rentabilidade e a deteriorização sócio- econômica das atividades agrícolas, também pode ser observado, através dos levantamentos, o grande êxodo de jovens, que saíram em busca de melhor qualidade de vida, ficando nas propriedades os pais e avós, o que muito preocupa a continuidade das atividades nas propriedades (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1996).

⁴ O Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul tem como objetivo *estimular os municípios a participar da política ambiental, com adesão ao Protocolo Verde – Gestão Ambiental Compartilhada*; e ainda *certificar os municípios ambientalmente corretos, dando prioridade no acesso aos recursos públicos da Secretaria do Meio Ambiente*. (Secretaria de Meio Ambiente, 2008)

⁵ Atualmente, devido à ausência da lagoa de tratamento de esgoto no povoado em Socimbra, somente 75% do esgoto coletado no município de Nova Canaã Paulista são tratados.

⁶ De acordo com o Inventário Quantitativo da Arborização existente no município de Nova Canaã Paulista realizado em 2009, a planta *Licania tomentosa*, o *Oiti*, tem a predominância de 94% das espécies existentes.

⁷ O município comporta 460 propriedades rurais, sendo que 392 propriedades possuem área de preservação permanente (APP), destas áreas 93 hectares se encontra em degradação ambiental.

TABELA 4
Mão-de-Obra

	N. de UPAs	Total de Trabalhadores
Familiares do proprietário que trabalham na UPA⁸	449	801
Trabalhadores permanentes⁹	47	64

Fonte: LUPA 2007/2008

A *Microbacia Hidrográfica do Córrego do Engano – Baixada do Juca*, é constituída de pequenos produtores que residem nas propriedades, e também pelo povoado de Socimbra, com aproximadamente 229 habitantes, e graves problemas sociais como desemprego, alcoolismo e analfabetismo.

O povoado possui coleta de lixo três vezes por semana, água encanada e tratada, mas não tem rede de esgoto e rede de coleta de águas pluviais, estas águas são despejadas no Córrego do Juca sem estrutura de proteção ou disciplinamento, causando poluição, erosão e assoreamento do manancial (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO).

Deste modo, percebe-se no município, especialmente nas áreas de maior degradação ambiental, a presença de pequenos proprietários, vulneráveis economicamente, e que têm maiores necessidades referentes às orientações sobre práticas preservacionistas, bem como acerca da utilização sustentável dos recursos naturais.

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

O Serviço Social tem uma longa história de intervenção visando atender as camadas excluídas e marginalizadas, através de seu profundo compromisso com a justiça social. Por isso, é impossível pensar em sustentabilidade e desprezar a justiça social, já que ambas são orientações políticas e teóricas que tendem complementar uma a outra.

⁸ A mão-de-obra familiar corresponde ao número de familiares do proprietário ou produtor que trabalha na UPA, inclusive o próprio produtor, se trabalhar na UPA. (LUPA, 2007/2008)

⁹ A mão-de-obra permanente - número de trabalhadores permanentes (assalariado) que trabalham no imóvel, definido como aqueles que, residindo ou não no imóvel, mantenham vínculo empregatício (empregado, capataz, mensalista, colono, etc.). (LUPA, 2007/2008)

Ao se falar em meio ambiente, muitos ainda não têm a clareza que além da fauna, flora, água, ar, solo existem também os indivíduos que se relacionam entre si e com os demais seres vivos, e para que esta relação seja “equilibrada”, é necessário que o meio ambiente também esteja; é necessário ter a compreensão que sempre estaremos nos referindo ao contexto social, pois meio ambiente é tudo que nos rodeia.

De acordo com Maria Clementina Espiler Colito¹⁰, qualquer modificação no meio ambiente natural, sempre haverá um desequilíbrio ambiental e social; assim, é importante tratar dos impactos sociais sob a luz dos impactos ambientais.

Por conta disso, a ação do Assistente Social frente à preservação ambiental tem como ponto inicial a desmistificação da divisão de “social” e “ecologia”, sendo esta uma divisão tradicional positivista das ciências naturais e ciências sociais. Segundo Ana Carmem Irigalba:

Nossa tendência é acrescentar, a maneira de complemento a dimensão social nas análises ecológicas, como se comentássemos ou lembrássemos que ficariam incompletas se não levasse em conta que o ser humano é mais um ser vivo e um ator chave (IRIGALBA, 2005, p.13).

O Assistente Social, como agente orientador, proporcionará a transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis, levando o usuário a uma reflexão sobre a maneira de se situar ante a realidade; realidade esta que exige, hoje, mudanças rápidas de comportamentos para que possamos garantir vida às gerações presentes e futuras.

Nesta perspectiva, a intervenção do Serviço Social se assemelhará às outras desenvolvidas em outras áreas, atuando nas intervenções voltadas para a administração institucional, gestão de programas e projetos, associando-se as formas tradicionais de atuação, tendo práticas pedagógicas de caráter educativo e orientador.

Na função pedagógica do assistente social em suas diversidades é

¹⁰ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, membro da equipe da pesquisa “Estudo dos Fundamentos dos Impactos Ambientais na Construção de Barragens na porção inferior da bacia hidrográfica do Rio Tibagi: área de Jataizinho e Cebolão.

determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática (ABREU, 2002, p.17 *apud* SILVA, 2010, p. 149).

Desta maneira, entendemos que a questão ambiental e suas várias expressões, tem se tornado um novo campo de atuação de intervenção do Serviço Social, ainda assim, não nos esqueçamos de mencionar a educação ambiental, embora não seja um campo exclusivo dos assistentes sociais.

A educação ambiental, hoje, é incorporada em diferentes âmbitos, até mesmo como auxílio na implantação de políticas públicas de educação e meio ambiente. Especificamente no meio rural, impulsionada pela diversidade de atividades existentes como o turismo rural, ecoturismo e a própria disseminação do conceito agroecologia.

O foco de uma educação dentro do novo paradigma ambiental, portanto, tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações socioambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais (CARVALHO, 2001, p. 45).

O assistente social utilizará a educação ambiental como um instrumental técnico-operativo que não visa somente como um elemento a implantação de ações socioambientais, entretanto tais ações trabalharão em conjunto para a construção de uma sociedade emancipada.

A educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória – ainda que transite no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas – realiza-se (ou busca-se realizar-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela radical democratização do poder político e da riqueza social e da necessária da apropriação social (não privada) da natureza (SILVA, 2010, p. 151).

A atividade gerada em torno da proteção ambiental tem oferecido diversas oportunidades de emprego a uma grande parte da população que se encontra desempregada ou até mesmo àqueles em vulnerabilidade social (desempregados crônicos, portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, etc.).

Abrindo campos de ação, como: coleta seletiva, reciclagem, limpeza de espaços públicos, fontes de energias renováveis, criação de minhocas e elaboração de húmus, agricultura orgânica, turismo rural, trabalho de adequação florestal, viveirismo, jardinagem, etc., permite que se amplie o espaço de atividades autônomas capazes de fortalecer o tecido social, garantindo a justiça social, a qualidade de vida e bem estar do usuário e a preservação ambiental.

Ressalta-se que a participação social é imprescindível, criando uma cultura de participação, consequentemente de valores democráticos; levando o indivíduo à compreensão de sua relação com o meio em que vive, possibilitando o caminho para o desenvolvimento sustentável.

Alguns dos profissionais que possuem melhores condições para ser formados nesse campo são os assistentes sociais, que precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poder intervir como o máximo rigor e profissionalismo (IRIGALBA, 2005, p.25).

Conclui-se que o Serviço Social está habilitado a enfrentar a problemática ambiental, uma vez que esta se configura como mais uma das inúmeras questões sociais da contemporaneidade. Assim, o assistente social, como agente interventor, poderá trabalhar junto às políticas públicas na garantia e na construção de um “meio ambiente bom de viver”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos trabalhos realizados nesta parte da pesquisa, foram possíveis importantes reflexões acerca da relação entre o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a degradação ambiental e a conseqüente precarização das populações mais vulneráveis.

Exemplo daquele processo, o município de Nova Canaã Paulista apresenta uma delicada

situação ambiental, apresentando diversas áreas degradadas, especialmente aquelas situadas nas microbacias hidrográficas dos Córregos do Cervo e do Córrego do Engano – Baixada do Juca.

Em acordo com as hipóteses iniciais da pesquisa, percebe-se no município, especialmente nas áreas de maior degradação ambiental, a presença de pequenos proprietários, vulneráveis economicamente, e que têm maiores necessidades referentes às orientações sobre práticas preservacionistas, bem como acerca da utilização sustentável dos recursos naturais.

Deste modo, é de grande importância a atuação do assistente social neste contexto; atuando como agente facilitador, proporcionará a transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis. Levando o usuário a uma reflexão sobre a maneira de se situar ante a realidade; realidade esta que exige, hoje, mudanças rápidas de comportamentos para que possamos garantir vida às gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução 009 de 31 de Janeiro de 2008. **Secretaria de Meio Ambiente do Estado do São Paulo**. 31 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/estadua/1/resolucoes/2008_res_est_sma_09.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2010.

COLITO, M. C. E.; PAGANI, A. M. M. **Conversando sobre as questões ambientais e o serviço social**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_conversando.htm>. Acesso em: 02 jun. 2010.

DE DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. **Inventário Arbóreo de Nova Canaã Paulista**. Nova Canaã Paulista, 2009.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação Município Verde Azul**. Nova Canaã Paulista, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: primeiros resultados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

GOMES, J. A. D.; AGUADO, O. V.; PÉREZ, A. G. (Org.). **Serviço social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

LAMBERT, M. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Scipione, 1997.

MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campina-SP, vol.24, n.2, p. 181-190, 2007.

MENDES, de C. L. de O. Reflexões sobre o mundo do trabalho: o meio ambiente e a intensificação da categoria de catadores de lixo. **Serviço Social e Realidade**, Franca, n. 16, p. 224-232, 2007.

_____. **Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo**. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2009.

MOURA, I. C. de M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. CATI/IEA. **Projeto Lupa**, 2008.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Cati. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego do Cervo**. Nova Canaã Paulista-SP. 1996.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Cati. Programa estadual de microbacias hidrográficas. **Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego do Engano – Baixada do Juca**. Nova Canaã Paulista-SP. 2008.

SILVA, M. das G. e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.42, n.2, p. 317-340, 2004.